

# DA DISTENSÃO À ABERTURA

## AS ELEIÇÕES DE 1982

---

David Fleischer (org.)

---



EDITORA

  
UnB

Como 1974 foi a eleição que marcou o declínio da posição hegemônica da ARENA, a eleição de 1982 marcou a ascensão, ao poder, da oposição política ao regime militar (PMDB e PDT) a nível estadual com a eleição direta de dez governadores no Centro-Sul do país; Estados estes responsáveis por cerca de 70% da população, PIB e arrecadação de tributos. De quebra, o PDS perdeu a sua maioria na Câmara dos Deputados, que todos os casuísomos eleitorais dos governos militares tentaram evitar por 18 anos.

Com oito anos de perspectiva histórica, após as eleições municipais de 1988, temos um distanciamento suficiente para compreender melhor os resultados de 1982. Será que esta nova hegemonia do PMDB, finalmente alcançada a partir de 1985, terá uma duração tão curta (pouco mais de 4 anos), enquanto a da ARENA/PDS levou uns 15 para

---

**DA DISTENSÃO À ABERTURA: AS ELEIÇÕES DE 1982**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Cristovam Buarque – Reitor

João Cláudio Todorov – Vice-reitor

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni – Presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Labouriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro Marini

Timothy Martin Mulholland

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

# DA DISTENSÃO À ABERTURA

## AS ELEIÇÕES DE 1982

---

David Fleischer (org.)

---

David Fleischer (org.)

Alexandre de S. C. Barros

Eva Alterman Blay

Eli Diniz

Fernando Henrique Cardoso

Gláucio Ary Dillon Soares

L. C. Bresser Pereira

Luiz Navarro de Britto (*in memoriam*)

Murilo César Ramos

Paulo Roberto da Costa Kramer

Venfcio Artur de Lima

EDITORA



UnB

1988

Este livro ou parte dele não pode  
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização  
escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília  
Campus Universitário – Asa Norte  
70910 – Brasília, Distrito Federal

Copyright © 1988 by  
Alexandre de S. C. Barros et al.  
Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial

Editor:

Antonio Carlos Ayres Maranhão

Preparação de original:  
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Revisão de texto:  
Fatima Rejane de Meneses  
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Supervisão gráfica:  
Antônio Batista Filho

Arte-final:  
Valperino Andrade

Capa:  
Luiz Eduardo Rezende

ISBN  
85-230-0263-4

Ficha Catalográfica  
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

D614d Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982. /  
Alexandre Barros... [et al.]; David Fleischer, org.  
– Brasília: Editora Universidade de Brasília,  
1988.

252 p.

324(81)

Barros, Alexandre, colab.  
Fleischer, David, org.

## SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES .....	07
APRESENTAÇÃO .....	11
O CONTEXTO	
1 – Os Limites da “Abertura” e a Sociedade Civil .....	17
<i>Luiz Carlos Bresser Pereira</i>	
2 – Dependência e Democracia .....	37
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	
3 – As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral <i>versus</i> Sistema Partidário .....	61
<i>David Fleischer</i>	
SISTEMA PARTIDÁRIO	
4 – A Política Brasileira: Novos Partidos e Velhos Conflitos .....	91
<i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	
5 – O Novo Pluripartidarismo: Perfil Socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 <i>versus</i> 1983) .....	119
<i>David Fleischer</i>	
PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS	
6 – Empresariado e Transição Política no Brasil: Problemas e Perspectivas	159
<i>Eli Diniz</i>	
7 – A Participação das Mulheres na Redemocratização .....	185
<i>Eva Alterman Blay</i>	
8 – Os Militares e a “Abertura” no Brasil .....	207
<i>Alexandre de S. C. Barros e Paulo Roberto da Costa Kramer</i>	
9 – A Televisão no Brasil: Desinformação e Democracia .....	215
<i>Venício Artur de Lima e Murilo César Ramos</i>	
CONSEQÜÊNCIAS	
10 – As Eleições de 1982 e as suas Conseqüências .....	237
<i>Luiz Navarro de Britto</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	249





## SOBRE OS AUTORES

ALEXANDRE DE SOUZA COSTA BARROS – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Sociologia Política na PUC-Rio. Completou seu mestrado e doutorado em Ciência Política na University of Chicago. Foi docente na Universidade de Brasília, no IUPERJ e na ESG. Em 1986, voltou a Brasília como pesquisador associado *senior* junto ao Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

DAVID VERGE FLEISCHER – Natural de Washington, DC, fez seu curso de graduação em Ciência Política em Antioch College, e o mestrado e doutorado na University of Florida. Foi professor visitante na UFMG e na University of Florida, e Senior Research Fellow na State University of New York at Albany. Professor adjunto de Ciência Política na Universidade de Brasília desde 1972, prestou assessoria à Primeira Secretaria do Senado Federal (1985-86). Entre as suas publicações, destacam-se: *Brazil in Transition* (1983); *The Latin-American Military Institution* (1985); *Recrutamento Político em Minas Gerais* (1971); *The Political and Economic Future of Brazil* (1987); e *Partidos Políticos no Brasil* (1981).

ELI DINIZ – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na UFRJ, o mestrado no IUPERJ (1971) e o doutorado na USP (1978). Atualmente é professora adjunta no IUPERJ, e já foi docente na PUC-RJ e no Conjunto Cândido Mendes. Suas publicações incluem: *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil, 1930/1945* (1978); *Voto e Máquina Política* (1982); e *Políticas Públicas para Áreas Urbanas* (1982).

EVA ALTERMAN BLAY – Natural de São Paulo, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na USP, onde é livre-docente. É presidente do Conselho Estadual do Conselho da Condição Feminina, e em 1986 foi candidata ao Senado pelo PMDB em São Paulo. Já publicou vários trabalhos, inclusive: *Trabalho Domésticado, a Mulher na Indústria Paulista* (1978); *As Prefeitas* (1979); *A Luta pelo Espaço* (1979); *Mulher, Escola e Profissão* (1981); e *Vilas Operárias* (1985).

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Natural do Rio de Janeiro, fez seus cursos de graduação e livre-docência na USP, onde foi professor de Sociologia até 1968. Fundador do Cebrap, foi professor visitante no Chile, França, Inglaterra e Estados Unidos. Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-86). Em 1983 foi efetivado como senador (PMDB-SP), e reeleito em 1986. No Congresso foi líder do governo e líder do PMDB no Senado. Suas publicações de maior relevo: *Capitalismo e Escravidão; Empresário Industrial e Desenvolvimento*

*Econômico no Brasil; Mudanças Sociais na América Latina; Dependência e Desenvolvimento na América Latina; Política e Desenvolvimento nas Sociedades Dependentes; Autoritarismo e Democratização; Modelo Político Brasileiro; e As Idéias no seu Lugar.*

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Direito na PUC-Rio, e seu doutorado em Sociologia na Washington University em St. Louis. Foi docente na Flasco-Chile, Universidade de Brasília, ESSEX, UCLA E IUPERJ. Desde 1974 é professor titular na University of Florida. Suas numerosas publicações incluem: *Sociedade e Política no Brasil* (1973); *A Questão Agrária na América Latina* (1982); e *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas* (1984).

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA – Natural de São Paulo, fez seu mestrado em Administração na Michigan State University, e doutorado em Economia na USP. É professor titular de Economia na Fundação Getúlio Vargas (SP), e colaborador permanente da *Folha de S. Paulo*. Foi presidente do Banespa (1983-85); e secretário de governo (1985-87) e de Ciência e Tecnologia (1987) do Estado de São Paulo. Em 1987, assumiu o Ministério da Fazenda. Suas publicações mais importantes incluem: *As Revoluções Utópicas* (1969); *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968, 2ª Edição, 1984); *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977); *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978); e *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1981).

LUIZ NAVARRO DE BRITTO – Natural de São Félix, Bahia, fez seu curso de graduação em Direito na UFBA (1957), e o doutorado em Direito Constitucional e Ciência Política na Universidade de Paris (1961). Foi docente na UFBA, membro do CFE, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, secretário da Educação e Cultura no Estado da Bahia, e diretor técnico da OEA em Washington. Faleceu neste último posto em 1987. Entre as suas publicações destacam-se: *O Parlamento no Mundo Moderno* (1982); *Teleducação: O Uso de Satélites* (1981); *Educação e Política* (1975); *O Veto Legislativo* (1966); e *Politique et Espace Régional* (1973).

MURILO CÉSAR RAMOS – Natural de Lages, Santa Catarina, fez seu curso de graduação em Jornalismo na UFPr (1972), e seu mestrado (1979) e doutorado (1981) na University of Missouri, Columbia (1981). Foi jornalista em Curitiba até a sua transferência para Brasília em 1974 onde atuou como assessor de imprensa. Professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília desde 1978, é pesquisador do CEC (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura). Suas publicações incluem: "Foreign Controls on U.S. Media" (1980); "Em Busca de uma Identidade" (1983); e artigos sobre poder e imprensa na *Folha de S. Paulo* (1983-84).

PAULO ROBERTO DA COSTA KRAMER – Fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na PUC-Rio, e seu mestrado no IUPERJ. Foi pesquisador visitante no IRI-Rio, e docente na UFF e na Coppead-UFRJ. Em 1987, transferiu-se para Brasília onde é professor visitante no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e assessor parlamentar na Seplan.

VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Natural de Sabará, Minas Gerais, fez seu curso de graduação em Sociologia na UFMG, e seu mestrado e doutorado em Comunicação no Institute of Communications Research da University of Illinois (Urbana). É professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, e vice-presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CEC). Autor de vários artigos publicados em revistas especializadas, e do livro *Comunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire* (1981).



**PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS**



## Capítulo 7

# A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA REDEMOCRATIZAÇÃO

*Eva Alterman Blay*

### 1 – Mulher e política

Nas três últimas décadas<sup>1</sup>, por influência do movimento feminista, tem-se discutido o sentido e a qualidade da participação da mulher na força de trabalho, na política, na educação. É certo que em consequência disto várias mudanças foram provocadas pela descoberta de que a atuação da mulher nestes campos era ideologicamente considerada inexistente. É a partir daí que os censos começam a redefinir, por exemplo, a chefia do grupo familiar antes sempre considerada *a priori* como o exercício por excelência masculino; ou que a força de trabalho passou a avaliar a real magnitude do trabalho feminino, em particular, na agricultura; ou que, finalmente, as mulheres começaram a ser destacadas da massa dos dados e se passou a considerar o sexo como uma variável a ser computada. Entretanto, estas revisões ainda são incompletas, sobretudo no campo eleitoral.

A participação política feminina tem sido objeto de uma reavaliação, seja a nível conceitual, seja quanto à forma. O conceito tradicional de participação política tende a considerar as formas institucionalizadas de manifestação, isto é, a integração a partidos, organizações profissionais, exercício de mandatos eletivos, voto, eleição (Tabak, 1983; Duverger, 1953). Outros, por outro lado, mostram que tais critérios aferem uma baixa participação que esconde uma outra atuação através de “formas novas e ousadas” utilizadas pela mulher (Tabak, 1983).

Estas duas posições teóricas se somam a um outro dilema particularmente colocado para os países do Terceiro Mundo, segundo o qual a mulher teria duas formas de agir: 1) lutar junto com os movimentos mais amplos e evitar colocar seus objetivos específicos, pois estes se solucionariam uma vez vitoriosa a luta geral por igualdade de condições materiais de vida; 2) lutar de modo organizado e específico, pois só assim as mulheres alcançarão seus próprios alvos de eliminar a discriminação, a qual não foi suprimida nem em países capitalistas avançados, nem em países socialistas (Arispe, 1983).

Em face do exposto, cabe analisar, no caso brasileiro, o perfil da participação política feminina nos movimentos sociais alternativos às formas tradicionais de participação política, mas também averiguar o que ocorre a nível das estruturas partidárias e eleitorais para obtermos uma síntese mais apurada desta participação.

## 2 – A mulher e os movimentos sociais

### A marcha e a ruptura democrática

Em 1964, o cenário brasileiro viu-se fortemente abalado por uma passeata liderada por mulheres: a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Este movimento de massa dominou as ruas do centro de São Paulo, repetiu-se em outras capitais externando a posição de segmentos da classe média e da classe alta, contrários ao governo João Goulart, então presidente da República, o qual favorecia movimentos reivindicatórios populares. Viviam-se dias marcados por greves, elevada inflação, rupturas na hierarquia das Forças Armadas, ameaças aos setores hegemônicos do capital nacional e estrangeiro.

É claro que um movimento de rua, como a Marcha, não teria o poder de mobilizar todo o processo revolucionário autoritário como o que acabou acontecendo em 31 de março de 1964, se ele não tivesse uma forte organização subjacente. No entanto, a historiografia da época aponta essa Marcha liderada por mulheres como a detonadora do movimento de resistência das camadas dominantes.

A segunda metade dos anos sessenta e toda a década de setenta foi perpassada por uma série de atos políticos e de políticas públicas orientadas para a limitação das liberdades individuais e pelo controle das reivindicações sindicais, ou de quaisquer categorias de trabalhadores. Não vou detalhar o conjunto destes atos restritivos, mas pretendo me deter muito mais nas reações populares a partir de então desenvolvidas pela população e, como se verá, sempre lideradas por mulheres.

À medida que nos citados anos sessenta e setenta os sindicatos perderam o poder de atuação e, em consequência, houve um arrocho salarial, a população trabalhadora perdeu condições mínimas de reprodução. Em 1973, na capital industrial do país, na Grande São Paulo, o índice de mortalidade infantil é superior a 100 em cada mil crianças nascidas vivas (Emplasa, 1978).

Vive-se no Brasil uma etapa do sistema capitalista em que a destruição da força de trabalho presente e potencial só se explica, em primeiro lugar, pelo fato de o país dispor de uma imensa força de trabalho de reserva; e, em segundo lugar, pela total ausência de liberdades democráticas.

O espaço urbano – sede da reprodução ampliada do capital – não corresponde ao local onde o capitalismo procura investir para “multiplicar a potência mecânica do trabalho na unidade de produção” (Lojkine, 1972). Se é verdade que nos países desenvolvidos, capitalistas, o capital busca uma “aglomeração crescente dos meios de consumo coletivo” e uma forma “específica de aglomeração do conjunto dos meios de reprodução” (Lojkine, 1972) como modo de ampliar o capital, esta lógica “não” explica e nem orienta a construção do espaço urbano num país como o Brasil.

As condições da formação social brasileira indicam que se deve proceder a uma análise do processo de reprodução do capital e da força de trabalho, levando em conta a elevada dívida externa e a presença de abundante força de trabalho. Neste caso o papel dos meios de consumo coletivo deve ser revisto, pois ele não pode ser encarado como suporte para a reprodução ampliada da força de trabalho social quan-



do existe uma forte oferta de força de trabalho, uma alta taxa de natalidade e um estreito mercado de trabalho. E, envolvendo todas estas condições, uma repressão sobre os sindicatos e sobre os partidos políticos.

### **A contestação feminina ao Estado**

A partir de 1964 alteram-se aspectos das estruturas administrativa e política que afetam diretamente o poder local. Formas autoritárias e centralizadas de decisão foram substituindo anteriores formas de decisão tomadas a níveis municipal e estadual. Sob o pretexto de melhor distribuir as rendas nacionais, evitando disparidades entre cidades ricas e pobres, criou-se uma legislação financeira sobre os municípios – ainda hoje em vigor – que obriga a canalização dos recursos tributários para o poder federal, ao qual cabe uma posterior redistribuição do Fundo assim acumulado. Tal política econômica poderia ser uma via de socialização dos recursos disponíveis, favorecendo municípios pobres, com baixa arrecadação, mas a centralização de recursos financeiros torna-se também poderoso instrumento político que permite ao poder federal favorecer ou prejudicar, conforme suas alianças políticas. Deste modo, prefeituras ocupadas pelos partidos de oposição vêem-se sistematicamente prejudicadas por tais critérios político-redistributivos. Para a população, a nível local, os efeitos são sensíveis, pois um prefeito de oposição sem dotações orçamentárias não pode satisfazer as demandas da população que exige ruas calçadas, hospitais, ambulatórios, água, escolas e até mesmo frentes de trabalho.

Por conseqüência, a capacidade eleitoral dos partidos de oposição fica altamente comprometida.

A redução da autonomia econômica dos municípios teve pelo menos duas conseqüências:

- 1ª – reduz a margem de liberdade do poder local, favorecendo a perpetuação de grupos políticos hegemônicos e fortalecendo politicamente o poder central;
- 2ª – a população, desconhecendo barreiras impostas pelo poder central aos políticos de oposição, responsabiliza-os pela ineficiência na produção de bens de consumo coletivo.

O processo descrito, relativo ao poder local, se é bem evidente em pequenos municípios, ocorre igualmente nas grandes metrópoles brasileiras. Considere-se que a nível da produção dos meios de consumo coletivo firmam-se o papel do Estado e suas articulações com os vários segmentos da classe dominante no sentido de incrementar a produção capitalista, embora dentro desta haja múltiplas disputas e concorrência.

A nível das várias camadas da população despontam reações às decisões (ou indecisões) do Estado. Este é considerado não apenas responsável pela produção dos meios de consumo coletivo, mas sobretudo como “distribuidor” destes “meios”. A partir de 1964 e mais fortemente 1968, vários segmentos populares se organizaram para reivindicar do Estado uma alteração no modo como os meios de consumo coleti-

vo estavam sendo distribuídos. A emergência destes movimentos sociais deve ser entendida à luz da repressão política que se vivia. Para países onde é antiga a tradição de lutas sindicais e há garantia para os direitos civis, como França, Inglaterra e Estados Unidos, estas afirmações podem parecer óbvias. Mas quando refletimos sobre o momento histórico brasileiro onde vigorava a "lei de segurança nacional" e onde os direitos civis não eram garantidos, todo e qualquer movimento reivindicatório abalava profundamente a vida dos cidadãos. O Estado, através de seus aparelhos de repressão, imediatamente se pronunciava. Os sindicatos estavam sob intervenção, e a repressão política impedia qualquer tipo de organização popular após ter destruído as formas previamente existentes. Isto significa que, para contestar o modo como o Estado agia ao elaborar planos para a instalação de meios de consumo coletivo, era preciso criar novas formas de organização popular. Estas começaram a ser criadas pela emergência de movimentos sociais que não eram necessariamente movimentos de classe. Com frequência eram apenas movimentos de moradores ou de vários segmentos da população. Movimentos do tipo sociedade amigos de bairro; movimento por luz, água, postos de saúde; por creches; contra a carestia; pela Anistia; contra a alta dos preços de transportes; "quebra-quebras" (Moisés, 1978; Valladares, 1981; Gohn, M.G., 1980) etc. Estes movimentos todos se insurgem contra o espaço construído e lutam por uma alteração nos critérios de distribuição dos investimentos públicos urbanos.

### **Anistia, custo de vida e creches**

Historicamente estes movimentos foram deflagrados numa cronologia que se inicia por volta de 1965 com o Movimento Feminino Pela Anistia (Blay, 1980; Zerbini, 1979). Este foi um movimento de mães, esposas e filhas que reivindicavam a libertação e o retorno de maridos, pais, companheiros, banidos ou presos. Liderado por uma mulher, Terezinha Zerbini, este movimento sofre uma reduzida repressão, pois o papel da mãe, esposa, filha, atribuído à mulher brasileira, legitimava a reivindicação e impedia uma repressão total do mesmo. Seu caráter político, porém, tornava-o nacional, e a ele vão aderindo outras instituições como a Comissão de Justiça e Paz, Organização dos Direitos Humanos e a Igreja Católica, transformando-o no Movimento Brasileiro Pela Anistia.

Este movimento teve um papel deflagrador; reivindicava liberdades civis e o respeito à condição do cidadão. Questionava a ação do Estado de retirar de certos indivíduos o direito à cidadania.

Nesta mesma data, por volta de 1967, 1968, desponta o Movimento Contra a Alta do Custo de Vida. Lideram-no mulheres, donas-de-casa, pressionadas com a redução dos salários, com a elevação da mortalidade infantil e com o aumento da delinquência provocados pelas desigualdades econômicas. Nesta etapa de total repressão aos direitos civis, mais uma vez é a condição de mulher que garante o direito de clamar "contra o governo" e desempenhar um papel que ela enquanto trabalhadora ou seu companheiro, como trabalhador, estavam impedidos de reivindicar devido à imo-

bilização imposta aos sindicatos. O arrocho salarial que garantiu o “milagre brasileiro” de 1972 se fez à custa da queda do poder aquisitivo da classe operária através de uma repressão às liberdades sindicais. Mulheres abriram uma válvula de manifestação pública. Opuseram-se ao custo de vida; o movimento torna-se nacional e passa a se chamar Movimento Contra a Carestia – para adotar uma palavra que tinha um mesmo significado em diferentes partes do país.

O Movimento Contra a Carestia era e é essencialmente urbano, enquanto local de manifestação e organização. Luta contra o alto preço dos alimentos e de outros bens de consumo coletivo, como energia elétrica, gás, água e transportes. Trata-se de um movimento que tem por base moradores de diferentes bairros em muitas metrópoles brasileiras. Vários movimentos políticos tentam dominá-lo e evidentemente o conseguem, porém com muitas alternâncias. Algumas facções da Igreja Católica também participaram dele. Foi muito forte até aproximadamente 1978, quando, mediante uma ampla consulta popular, leva para Brasília 100 mil assinaturas clamando pela redução do custo de vida. Elegeu em São Paulo, em 1978, dois deputados, um estadual (Irma Passoni) e um federal (Aurélio Perez). Posteriormente, foi perdendo sua importância, à medida que o próprio regime foi se abrindo às manifestações sindicais. É atuante ainda hoje, e nas manifestações de rua é composto essencialmente por mulheres e crianças. Quanto às lideranças políticas por ele geradas, Irma Passoni é atualmente deputada federal por um novo partido de oposição, o PT<sup>2</sup>. Quanto a Aurélio Perez, foi reeleito e pertence também a um partido de oposição, o PMDB<sup>3</sup>.

Ainda na década de setenta, iniciava-se o Movimento Luta por Creches. Paradoxalmente “não partiram dos sindicatos” as reivindicações do cumprimento da lei que prevê a instalação de berçários nas fábricas ou uma ampliação para que fossem instaladas creches. Este foi um movimento liderado pelos congressos femininos e feministas. Desde a “Carta da Mulher Paulista”, resultante de uma reunião realizada em São Paulo, em 1975, na Câmara Municipal, e depois com os congressos femininos, houve um consenso de que as mulheres necessitavam de creches para seus filhos em seus locais de moradia e trabalho. Viviam-se um período de total repressão de manifestação, de controle sindical e de redução dos níveis salariais. Em conseqüência, elevou-se o número de mulheres, crianças e adolescentes que se integram ao trabalho extradoméstico. Esta ampliação do número de trabalhadores no grupo doméstico reduziu a presença de mulheres e jovens em casa e que antes eram responsáveis pela guarda de crianças, as quais, em maior número, passaram a ficar sozinhas no domicílio ou na rua. Daí um forte consenso entre mulheres trabalhadoras, mulheres da periferia e segmentos politizados da classe média de que uma das principais reivindicações femininas era a criação de creches por parte do governo.

Neste ano, como nos seguintes, qualquer tipo de reunião era considerada suspeita, e os congressos feministas eram vistos como altamente perigosos. Tanto o governo assim os considerava quanto as próprias mulheres temiam neles se expor. Porém, a gravidade da situação econômica estava se tornando tão aguda que ao temor da repressão se contrapunha o perigo do abandono das crianças. Foi consensual não apenas no primeiro Congresso da Mulher, em 1978, mas nos dois seguintes, a necessidade de se levantar a “bandeira da luta por creches”.

A reivindicação de serviços coletivos de guarda de crianças se inicia como um movimento contestatório ao poder. Em 1980, esta exigência de uma nova política de distribuição dos bens coletivos é adotada pelo governo municipal da capital de São Paulo (oito milhões de habitantes) e por vários municípios da Grande São Paulo (quatro milhões de habitantes), tornando-se um programa do partido da "situação". O então prefeito da capital de São Paulo, Reynaldo de Barros, do partido do governo, tornou a construção de creches o grande carro-chefe de seu governo, no ano de 1980, e prometeu construir 600 creches, tendo inaugurado cerca de 100 e, em verdade, instalado cerca de 70.

O Movimento de Luta por Creches amplia-se, tendo sido preparado por vários grupos políticos. É atualmente muito forte e capaz de enorme mobilização. Com frequência reúne centenas de mulheres, organizadas em vários bairros, e as leva à prefeitura para expor suas reivindicações. O movimento tem uma estrutura e liderança próprias. Atualmente acha-se distribuído em vários pontos da periferia e tem propostas concretas para a instalação de creches, assim como sobre a forma de organização interna das mesmas.

Os movimentos pela Anistia, Contra a Carestia e de Luta por Creches são movimentos essencialmente urbanos não apenas como *locus* de realização, mas do ponto de vista de sua estrutura interna. O Movimento da Anistia questionava basicamente a perda dos direitos civis; o Movimento Contra a Carestia questiona a ação do Estado que favorece certos segmentos urbanos consumidores e distribuidores em detrimento das camadas trabalhadoras e dos desempregados. O Movimento de Luta por Creches, o mais explicitamente questionador da carência de bens de consumo coletivo, reivindica uma nova e mais democrática distribuição dos investimentos estatais urbanos.

O primeiro movimento teve por consequência a decretação da Lei da Anistia em 1980. O Movimento Contra a Carestia levou a várias reações por parte de camadas de moradores que organizaram campanhas de boicote a certos bens alimentícios (carne, leite, pão). Levou também a uma ação, por parte de setores do governo situacionista, que, aproveitando-se da proximidade de eleições (em novembro de 1982), lançaram campanhas de venda de alimentos diretamente ao público consumidor. E sobretudo provocou um amplo debate pelos meios de comunicação, obrigando o governo federal a explicar sua política de preços e salários.

Finalmente o Movimento de Luta por Creches instigou vários governos municipais a construí-las, e provocou também soluções alternativas em municípios cujo governo era de oposição<sup>4</sup> (por exemplo, Piracicaba e Sertãozinho, no Estado de São Paulo; Lages, em Santa Catarina).

A participação feminina em ações que questionam o poder que o Estado tem de limitar a cidadania ou de aplicar os recursos públicos de forma desigual retomou uma rompida experiência de atuação política das mulheres exercida particularmente na década de cinquenta.

Donas-de-casa, restritas ao círculo doméstico de produção de bens a serem usados pelos membros da família que vendem sua força de trabalho no mercado, se viram saindo de seu espaço doméstico para reivindicar a nível do espaço público. O

espaço privado deixou de ser avaliado pelos limites da casa e da “unidade de rendimentos” constituídas por aqueles que vendiam sua própria força de trabalho no mercado. Mulheres aparentemente produtoras apenas de bens de consumo, de “valores de uso” criaram um novo espaço público de reivindicação.

### **Sindicatos, código civil, partidos políticos**

Se considerarmos a cidadania como o direito de o indivíduo poder dispor dos bens públicos presentes numa cidade ou numa sociedade, sem sofrer discriminação de classe, ou a arbitrariedade do poder, os três movimentos, antes analisados, significam o início de uma luta pela conquista da cidadania (Schneier e Sigal, 1981).

A compreensão teórica destes movimentos e sua divulgação foram sendo feitas paralelamente por grupos feministas atuantes na imprensa escrita e televisiva. Estes mesmos grupos agem concomitantemente a nível de entidades políticas. Em consequência, a problemática da mulher e a potencialidade de sua atuação começaram a ser observadas com outros olhos, isto é, como uma força que não se deve desprezar. Grandes sindicatos, como o dos metalúrgicos ou dos químicos e farmacêuticos realizam em 1978 congressos específicos para as mulheres da categoria; esta nova vaga não atinge os sindicatos que contêm o maior contingente de mulheres: o Sindicato da Indústria Têxtil e o Sindicato das Indústrias de Confecção e Vestuário. É importante destacar que nenhum sindicato, desde a década de vinte, retomara as reivindicações de “salários iguais para trabalhos iguais”, lemas defendidos apenas na etapa de sua criação. Do mesmo modo, questões relacionadas com a saúde da mulher trabalhadora nunca faziam parte das “grandes” reivindicações das categorias sindicais.

Razões de ordem ideológica, muito bem analisadas pelo grupo de Chombart de Lauwe (1963), explicam o porquê desta exclusão. As mulheres trabalhadoras não são pensadas como companheiras de trabalho, como indivíduos que também vendem sua força de trabalho no mercado, mas são confundidas com seus papéis de mães, esposas, filhas, que trabalham para “ajudar” no orçamento doméstico (Blay, 1975). Isto faz parte da ideologia vigente e leva a consequências amplamente vantajosas para os compradores de força de trabalho, os quais podem pagar menos pelo trabalho das mulheres (Blay, 1978; Pastore, 1978). A nível sindical, estas diferenças salariais ficam obscurecidas pela ideologia que apregoa o papel doméstico como sendo o principal papel da mulher. Além disso, outras consequências resultam da adoção desta visão ideológica: a falta de profissionalização feminina, a ausência de estímulos para uma participação social mais ampla, etc.

Reivindicando a garantia de sobrevivência do espaço doméstico, as mulheres tiveram que agir contra a desigual distribuição de bens de consumo coletivo. Ao questionar as decisões do poder, os movimentos de mulheres saíram do âmbito doméstico e passaram a lutar por uma nova ordem de prioridades nos investimentos públicos. Do espaço doméstico as mulheres passaram a agir contra as decisões do Poder. Portanto, sua ação orientou-se para a construção de um novo espaço público do qual elas também fizessem parte.

*Ao contestar a forma em que o espaço era construído, reivindicavam um novo e mais igualitário critério de construção do espaço público.*

*Entretanto, iniciado este processo de redefinição do espaço doméstico e do espaço público, delineiam-se novas formas de atuação. Os movimentos feministas que questionam cotidianamente as omissões dos sindicatos, das associações de classe, a discriminação difundida pela imprensa e ensino aprofundam a reflexão sobre a prática. Desta conexão entre reflexão e prática surgem novos movimentos que vêm aprofundar a conquista de um "novo espaço social".*

Três movimentos se organizam buscando respectivamente alterações profundas a nível da estrutura sindical, da organização político-partidária e das próprias leis que regem os direitos civis.

Um fato extraordinário neste contexto de repressão sindical está em que entre 1970 e 1976 eleva-se o índice de sindicalização feminino. O movimento de sindicalização de mulheres acompanha certos fatores conjunturais como a própria elevação da participação feminina na indústria de transformação (de 18,8% em 1970 para 25,7% em 1978). Acompanha também um reinício do movimento grevista no país, com a greve dos metalúrgicos em 1978. Mas é notável que, embora seja baixa a sindicalização feminina (6,5% em 1970 para 8% em 1978), em termos absolutos, este crescimento foi de 317.312 para 876.740 mulheres. Ou seja, houve "um aumento de 176,3%". Neste mesmo período o aumento da sindicalização masculina foi de 87% (Gitahi, *et alii*, 1981).

A década de setenta viu renascer o movimento sindical, o qual ficou muito fortalecido após a greve dos metalúrgicos do ABC (região da Grande São Paulo), que paralisou toda a indústria automobilística e os setores mais avançados da produção industrial. Mas o efeito do novo papel desempenhado pelo sindicato não explica inteiramente a sindicalização feminina crescente, pois os dados mostram que a elevação da taxa de mulheres sindicalizadas começa em 1976, isto é, dois anos "antes" do movimento grevista. Já o incremento da taxa masculina ocorre exatamente após a greve. Pode-se concluir, pois, que outros fatores devem explicar a busca do sindicato pelas mulheres, e neste caso parece-me que a experiência de reivindicação pública dos movimentos já mencionados se soma à ação dos movimentos feministas e a todo um processo de conscientização. O espaço público, definido pelo mercado onde a mulher vende sua força de trabalho, lhe aparece agora como uma área da qual ela não tinha se apropriado até então.

Em reforço a esta hipótese explicativa, vêm os Encontros da Mulher Metalúrgica, da Trabalhadora na Indústria Química, Farmacêutica, das Médicas e das Engenheiras, encontros estes cada vez mais específicos e menos subservientes a interesses de uma política de cooptação (Rainho e Bargas, 1983).

O processo de sindicalização feminina inscreve-se no conjunto dos movimentos de apropriação do espaço público e de uma reformulação deste mesmo espaço.

Um segundo nível deste processo de conquista do espaço público deve ser focalizado através da reformulação do Código Civil e do que ele estipula com relação aos direitos do homem, da mulher e do poder na estrutura familiar. Existem no Congresso vários projetos em estudo por uma comissão ligada ao Legislativo. A maior

inovação neste aspecto trava-se no debate entre a proposição de grupos feministas do país todo, que apóiam um projeto que extingue a figura do “chefe de família”, até agora ocupada pelo marido, e que propõe a criação de uma “direção da sociedade conjugal”, cabendo “ao marido e à mulher um igual direito de exercício”. Pretende este projeto corrigir a posição subalterna, frente à lei, que a mulher ocupa na vida conjugal, seja a nível dos bens do casal, seja no direito de decidir quando há divergências (Pimentel, 1980).

Esta nova proposta significará, se aprovada, uma profunda alteração no Código Civil Brasileiro e a incorporação, a nível legal, da nova condição da mulher perante a lei. Significa um avanço no sentido de adquirir plena cidadania.

Finalmente, um terceiro nível a ser considerado é o dos partidos políticos.

Depois de 1964 foram extintos todos os partidos políticos e criados apenas dois: o da situação – Arena – e o da oposição – MDB. Em 1980 houve uma nova reforma partidária e se criaram novos partidos<sup>5</sup>.

Com a “reabertura democrática”, recompôs-se um relativo pluripartidarismo. Analisando-se o que ocorreu no interior dos partidos com relação aos movimentos sociais mais importantes, observa-se que os movimentos de luta das mulheres ocuparam considerável parcela da reestruturação interna dos mesmos. Prova disso foi a incondicional adesão dos cinco partidos existentes em 1980 à participação em um Fórum sobre “Mulher e Política”<sup>6</sup>, onde cada um deles procurou mostrar que estava se preparando para incluir mulheres em seus quadros. A maioria mostrou total improvisação sobre o tema, exceto um deles, o PMDB, que trouxe um pré-projeto de criação de um departamento que cuidasse especificamente da questão da mulher em suas várias formas. Porém, todos os cinco se fizeram representar, enviando importantes figuras políticas (um candidato a senador, um candidato a deputado federal, um presidente do partido, etc.). Politicamente se reconhecia que era uma área que poderia render votos.

Do ponto de vista da população, pode-se avaliar a importância do evento analisado pela ampla cobertura da imprensa não apenas local, mas nacional. A iniciativa de convocar este Fórum partiu de um dos movimentos feministas – “Frente de Mulheres Feministas” – preocupado em criar, no âmbito dos partidos, um espaço em que as várias formas de discriminação, às quais a mulher brasileira está submetida, fossem expostas.

Posteriormente, todos os partidos passaram a tratar da questão da mulher de modo mais sistemático, tendo alguns deles criado um “contraditório” departamento feminino. Na ânsia de mostrar que estão preocupados com a importante questão da mulher e de, portanto, obter votos, criaram um esquema, ao lhe destinar um departamento, que me parece discriminar a mulher dentro do Partido.

Um balanço final, porém, mostra que neste processo de reorganização partidária todos os partidos sistematicamente destinam um lugar em seus programas à questão da mulher e todos eles se preocupam em abrir um espaço na estrutura político-partidária para as companheiras. Esta alteração de atitude resulta em que nas eleições de novembro/82 havia candidatas em “todos” os partidos, provocando uma elevação da participação política feminina na disputa do espaço público.

## **Autonomia e política**

Durante os anos aqui analisados, fortalece-se no cenário brasileiro o movimento feminista. Iniciando-se através de "grupos de conscientização", principalmente nas grandes capitais, foi se multiplicando. Como todos os movimentos sociais, não tem regras *a priori*, e vai se ampliando quantitativa e qualitativamente: os grupos proliferam e se propõem desenvolver tarefas bem diversas. Alguns se ligam aos já citados movimentos políticos, como a Anistia (Brasil Mulher), outros procuram desenvolver um trabalho concreto voltado para o atendimento de casos de violência (SOS Mulher, em São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia, Maceió e outras capitais), outros se preocupam com a conservação da própria história feminina, através de documentos (CIM – Centro Informação Mulher; o NEDIM – Núcleo de Estudo, Documentação e Informação da Mulher de Fortaleza, etc.), e outros ainda procuram incluir entre suas componentes mulheres de diversas orientações políticas e ideológicas (Frente de Mulheres Feministas) (Singer, 1980; Moraes, 1982).

Os diversos grupos feministas tentaram várias atividades conjuntas, sendo as mais importantes os Congressos de Mulheres realizados em São Paulo entre 78 e 80. Este tipo de atuação não durou mais tempo, pois a enorme presença de mulheres constituiu forte atrativo para tendências políticas interessadas em dominar politicamente as "massas". O confronto grupos feministas e partidos políticos começa logo a seguir, em fins de 1981, quando se iniciam as discussões sobre a eventual participação da mulher nas futuras eleições programadas para novembro de 1982.

## **3 – A mulher e os partidos políticos**

### **Eleições de novembro de 1982**

Em 1982, inscreveram-se no país 58.571.184 eleitores e votaram apenas 48.455.879. Não existe uma informação sobre a composição por sexo, embora se saiba que em 31/12/81 o eleitorado previsto era o seguinte: 31/12/81 – 28.098.880 homens; 23.172.673 mulheres; 51.271.553 total (*Diário Oficial* de 19 de maio de 1982).

É de se supor que a diferença entre votantes do sexo masculino e feminino, em 1982, seja de cinco milhões, diferença esta já existente em 1977 e em 1981.

Em trabalho anterior (Blay, 1979) sugeri, como hipótese explicativa, que os homens votariam proporcionalmente mais, por duas ordens de razões: maior índice de alfabetização masculino e necessidade de apresentar o título de eleitor em atividades profissionais. Mantemos as mesmas hipóteses para explicar a diferença observada em novembro de 1982.

Chama a atenção, porém, o fato de as previsões terem errado completamente quanto ao número efetivo de eleitores. Passou-se de 51 para 58 milhões, quando as previsões giravam em torno de um aumento apenas de um milhão de eleitores.

A reduzida abstenção no pleito de 82 parece-me ligar-se ao fato de terem sido postos em votação cargos para o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembléias



Legislativas; retomavam-se as escolhas "diretas" para "governador de Estado"; escolheram-se "prefeitos" e as "Câmaras dos Vereadores". Enfim, eleições a níveis federal, estadual e municipal.

Analisando-se os resultados eleitorais do ponto de vista da participação por "sexo", ver-se-á que houve uma elevação no número de candidatas e eleitas em todos os níveis, caracterizando uma tendência de que "mais mulheres entraram para a competição político-eletiva". O processo ainda é incipiente, como se verá a seguir.

## SENADO

### QUADRO 7.1 – Candidatas ao Senado (1982)

Estados	Partidos	Senadora	1ª Suplente	2ª Suplente
Acre	PMDB		X	
Amazonas	PDS	X		
	PT	X		
Pará	PTB		X	
Rio Grande do Norte	PTB			X
Sergipe	PDS			
	PDT		X	
	PT			X
	PMDB			
	PTB			
Ceará	PDS			X
	PT		X	(elegeu-se)
Minas Gerais	PDT		X	
Mato Grosso	PT		X	
São Paulo	PDS			
	PDT			
	PT		X	
	PMDB			
	PTB			
Rio Grande do Sul	PDS		X	
	PDT		X	
	PMDB		X	
<b>TOTAL</b>		<b>2</b>	<b>10</b>	<b>3</b>

Fonte: Dados dos Tribunais Regionais Eleitorais tabulados pela autora.

Em 1982, apresentaram-se duas candidatas ao Senado pelo Estado do Amazonas, uma pelo PDS e outra pelo PT. Nenhuma se elegeu. Manteve-se no cargo a

senadora Eunice Michiles, eleita como suplente em 1978 e que assumiu em 1980, por morte do titular. Este é o único Estado da Federação que tem uma mulher no Senado. Houve uma rápida passagem da suplente por São Paulo, em 1981, Dulce Salles Cunha Braga e da médica negra, Laélia Alcântara, suplente pelo Acre.

Ao Senado apresentaram-se 10 candidatas na condição de primeira suplente e três na de segunda suplente. Elegeu-se apenas uma segunda suplente, pelo PDS, no Ceará.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### QUADRO 7.2 – Candidatas à Câmara dos Deputados (182)

Estados/Territórios	Registradas						Eleitas					
	Partidos						Partidos					
	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	Total	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	Total
Amapá	1	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Rondônia	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1
Pará	1	-	1	1	-	3	1	-	-	-	-	1
R. G. do Norte	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	-	-	1	1	1	3	-	-	-	-	1	1
Ceará	-	-	-	-	4	4	-	-	-	-	-	-
Bahia	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Goiás	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	1	1	3	-	2	7	-	-	-	-	1	1
São Paulo	2	2	5	1	2	12	-	-	2	1	-	3
Paraná	1	2	1	1	-	5	-	-	-	-	-	-
R. G. do Sul	1	1	2	-	1	5	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	1	3	4	2	-	10	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>20</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>58</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>8</b>

Fonte: Dados dos Tribunais Regionais Eleitorais tabulados pela autora.

Candidataram-se 58 mulheres para representar seus Estados na Câmara dos Deputados, que dispunha de 479 vagas. O Quadro 7.2 revela que o maior número delas concentrou-se no eixo São Paulo (12)-Rio de Janeiro (10), seguindo-se Minas Gerais (7), Rio Grande do Sul (5) e Paraná (5). O partido que apresentou maior número de candidatas a esta instância foi o PT (20), seguido pelo PMDB (12).

Uma leitura do mesmo Quadro 7.2, nas colunas das eleitas, informa que para os 23 Estados e um território, que concorreram, elegeram-se oito mulheres respectivamente, pelo PMDB (3), PDS (2), PT (2) e PTB (1). Note-se que pelo Estado de São Paulo elegeram-se duas deputadas pelo PT e uma pelo PTB. Os demais Estados com deputadas federais são Rondônia, Pernambuco, Pará, Minas Gerais e Espírito Santo.

Desde 1946, esta é a legislatura que tem o maior número de mulheres na Câmara Federal. Embora ainda muito reduzida, esta representação é o dobro da exis-

tente em 1978, quando havia quatro mulheres eleitas para a Câmara Federal (ver Quadro 7.6). Isto poderia ser interpretado como um indicador de que as mulheres estão participando mais da política partidária e concorrendo mais a cargos eletivos?

Uma análise das candidaturas às Assembléias Legislativas indica que, pelo menos, 134 mulheres se apresentaram como candidatas. Destas, apenas 27 se elegeram.

Os partidos de oposição, sobretudo os partidos novos, vieram reforçar a participação feminina em suas legendas.

## ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS

### QUADRO 7.3 – Candidatas às Assembléias Legislativas

Estados	Registradas						Eleitas					
	Partidos						Partidos					
	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	Total	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	Total
Acre	2	-	1	-	1	4	2	-	-	-	1	3
Amazonas	3	-	-	-	4	7	1	-	-	-	1	3
Pará	-	-	1	2	4	7	-	-	-	-	1	1
Rondônia	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Rio G. do Norte	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Paraíba	4	-	-	-	1	5	1	-	-	-	-	1
Pernambuco	3	-	2	-	2	7	-	-	-	-	-	-
Alagoas	1	-	-	-	1	2	-	-	-	-	1	1
Ceará	3	-	-	-	1	4	1	-	-	-	1	2
Bahia	2	-	-	-	2	4	-	-	-	-	1	1
Minas Gerais	3	1	2	-	2	8	-	-	-	-	1	1
Espírito Santo	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-	1	1
Goiás	2	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	6	9	11	4	8	38	1	3	1	-	1	6
São Paulo	8	1	7	3	3	22	-	-	-	1	1	2
Paraná	1	5	2	-	3	11	-	-	-	-	2	2
Santa Catarina	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Rio G. do Sul	1	1	2	-	2	6	1	-	-	-	1	2
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>17</b>	<b>30</b>	<b>9</b>	<b>39</b>	<b>134</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>28</b>

Fonte: Dados dos Tribunais Regionais Eleitorais tabulados pela autora.

Dos 24 Estados da Federação, 19 apresentaram candidatas e 14 as elegeram. A nível dos Estados, o que mais se destaca é a presença do Rio de Janeiro com 38 candidatas, das quais se elegeram seis, e São Paulo com 22, das quais apenas duas se elegeram. Note-se, também, a participação dos novos Estados como Acre e Rondônia. Tem-se observado que nos Estados da Federação mais densamente povoados e industrializados é justamente onde há maiores disputas internas, nos partidos, na fase de obtenção de vaga na legenda. São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, por exemplo, são áreas em que as dificuldades se avolumam nas etapas pré-

eleitorais, quando um grande número de postulantes precisa garantir, através de acordos, a ratificação de que obterá uma vaga na legenda. É claro que estes obstáculos são menores em partidos novos cuja prioridade é obter, para a legenda, um grande número de votos que represente uma afirmação partidária. Esta é a diferença entre o PMDB e o PT, em São Paulo, ou o PMDB e o PDT, no Rio de Janeiro. Não é por acaso, pois, que o PT apresentou sete candidatas em São Paulo e 11 no Rio de Janeiro, enquanto o PMDB apresentou respectivamente três e oito. O PMDB, mais forte em São Paulo, acaba elegendo uma deputada, enquanto o PT não elege nenhuma. Mas no Rio de Janeiro os dois partidos elegem respectivamente uma deputada, enquanto o PDT elege três.

O voto vinculado (que obriga a votar em todos os candidatos da mesma legenda) impõe e reforça tais disputas intrapartidárias.

Nestas condições, as candidaturas femininas, já menos numerosas, *a priori*, ficam mais prejudicadas. Este problema tem sido discutido em vários encontros internacionais, pois não ocorre só no Terceiro Mundo, como se poderia pensar. No Rio de Janeiro e em São Paulo, as mulheres acusam seus partidos de não as apoiarem nas campanhas e de boicotarem a presença da mulher em comícios, ou na infra-estrutura partidária. Nestes Estados a votação depende da base política dos candidatos, da divulgação de seu nome e de sua proposta ideológica. Em São Paulo, no Rio, em Minas, no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e em Pernambuco foram eleitas mulheres para a Câmara Federal ou Estadual, apoiadas em uma plataforma política que dizia respeito à mulher.

Nos Estados menos industrializados e menos urbanizados, a tendência é garantir a permanência da oligarquia baseada na grande propriedade. Douvina de Castro, reeleita deputada estadual no Ceará, é filha do governador em exercício, sendo ambos do PDS. Seu reduto eleitoral é o interior, responsável por 90% dos seus 36 mil votos. Já Maria Luíza Fontenelle, única candidata do PT, conquistou 12 mil dos 19 mil votos que recebeu em Fortaleza. Conforme explica Moema São Thiago (1983), o voto do interior não é dado por razões políticas, mas por gratidão, parentesco ou amizade, pois "é tradicional se trocar o sufrágio por um pedaço de rapadura, um pouco de farinha e um copo de água".

No Ceará os movimentos de mulheres são ainda de caráter acadêmico, ou estão presos aos partidos; já na Bahia há uma tendência mais clara de autonomia e de feminismo nestes grupos organizados. A deputada eleita pelo partido da oposição, o PMDB, Abigail Freitas Feitosa, sensível à problemática da mulher, é médica e considerada conservadora, pois não aceita a legalização do aborto (Pinheiro, 1983).

O panorama não se altera quando se observa o número de candidatas a governador de Estado. Apresentaram-se três candidatas, respectivamente em Santa Catarina (PDT), no Rio de Janeiro (PTB) e em Minas Gerais (PT). Nenhuma se elegeu.

Apresentaram-se, também, seis candidatas a vice-governadora, tendo se eleito, pelo novo Estado do Acre, Yolanda Fleming (PMDB).

## GOVERNO DO ESTADO

## QUADRO 7.4

Estados	Partidos	Governadores	Vice-governadores
Acre	PMDB		1 (elegeu-se)
Minas Gerais	PT	1	
	PDT		1
Espírito Santo	PDT		1
	PT		1
Mato Grosso	PT		1
Rio de Janeiro	PTB		1
Santa Catarina	PDT	1	
Rio Grande do Sul	PT		1

Fonte: Dados dos Tribunais Regionais Eleitorais tabulados pela autora.

**Prefeitas, vereadoras**

O exame da participação de mulheres a nível do poder local – dos municípios – deve ser antecedido de algumas considerações. Pudemos, em outro trabalho (Blay, 1979), recompor a participação de mulheres prefeitas desde 1972. Naquele ano foram eleitas 60 prefeitas no Brasil, em eleições realizadas dois anos após as eleições para as Câmaras Federais e Assembléias Legislativas. As eleições municipais seguintes se realizaram em 1976, dois anos após as eleições para os níveis estadual e federal. Em 1980, os mandatos dos prefeitos foram prorrogados sob alegação de que se deveriam realizar eleições coincidentes para os três níveis. Durante o ano de 1982, porém, por várias vezes, tentou-se voltar atrás e impedir as eleições municipais sob a alegação de que seria “muito complicado” para o eleitor votar em tantos nomes e em tantos cargos. Entretanto, tais argumentos não conseguiram retardar mais uma vez a mudança dos detentores do poder local.

Estes debates, dentre outras razões, pretendiam reforçar o partido do governo, garantindo-lhe o espaço que já ocupava a nível local e principalmente em prefeituras de municípios em Estados não-industrializados, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A cunha do poder local é um forte instrumento partidário, sobretudo em eleições cujo voto é vinculado.

Estes antecedentes devem ser levados em conta quando se examinam os resultados das eleições municipais de novembro de 1982. Nelas elegeram-se 81 prefeitas, ou seja, houve uma elevação de 36% no número de mulheres eleitas. A quantidade é ínfima perante os 3.950 municípios brasileiros, mas não se pode ignorar o avanço relativo em face das 58 prefeitas eleitas em 1978.

Observa-se que a região Norte elegeu 32 prefeitas (em 1976 elegera 28); a Nordeste elegeu 25 (em 76 elegera 24); a Centro-Oeste elegeu 3 (número igual a 76); a Sul elegeu 4 (em lugar das 3 anteriores) e a Sudeste elegeu 16 (quando em 76 elegera apenas uma).

### REGIÕES E ESTADOS QUE ELEGERAM PREFEITAS

**QUADRO 7.5 – Regiões e Estados que Elegeram Prefeitas**

Estados	Anos		
	1972	1976	1982
Amazonas	3	–	3
Pará	1	–	3
Maranhão	8	8	4
Piauí	4	4	6
Ceará	10	6	8
Rio Grande do Norte	9	10	7
Rondônia	–	–	1
Acre	–	–	–
Paraná	1	6	7
Pernambuco	2	3	4
Alagoas	2	9	3
Sergipe	1	2	–
Bahia	7	4	10
Espírito Santo	–	–	1
Minas Gerais	3	1	7
São Paulo	4	–	9
Rio de Janeiro	–	–	–
		2	
Goiás	2	1	1
Mato Grosso	1	–	1
Mato Grosso do Sul	–		1
Santa Catarina	–	–	–
Rio Grande do Sul	–	–	–
Paraná	–	–	4
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>56</b>	<b>80</b>

Fonte: Blay, 1979, Tribunais Regionais Eleitorais e EBN, 1983. Processamento da autora.

Portanto, a grande alteração quantitativa deu-se nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Mas do ponto de vista qualitativo não houve mudanças: são os pequenos municípios que continuam elegendo mulheres, isto é, municípios de baixa densidade populacional, de menos de 30 mil habitantes, de reduzida arrecadação fiscal, que vivem dependentes dos fundos redistribuídos pelo Governo Federal<sup>7</sup>. Estes municípios estão divididos em minifúndios improdutivos ou em latifúndios que expulsam a força de trabalho. Baseiam-se em economia agrícola ou na prestação de serviços vinculados à atividade agrária.

Tal tipo de município tem fortes lideranças locais, mas as eleições são decididas por 500, 1.000, 1.500 votos. Cada voto precisa ser diretamente conquistado.

As eleitas aproximam-se dos tipos descritos anteriormente (Blay, 1979) como "prefeita coronel", "prefeita esposa" e a prefeita originária da pequena burguesia, a "prefeita por iniciativa própria".

No Estado de São Paulo, por exemplo, dentre os municípios que elegeram prefeitas, observou-se que a densidade populacional varia de 7 a 18 habitantes por km<sup>2</sup>. A população total dos municípios varia de 2 mil a 10-mil habitantes e a população urbana representa no máximo 60% da população total. Do ponto de vista econômico, são municípios predominantemente voltados para a fraca economia agrícola.

Na trajetória de vida de algumas destas prefeitas desvendam-se os fatores políticos que determinam a atuação que elas hoje desempenham:

Dirce Silveira Oliveira – PMDB – município de Icem (SP). Professora primária há 21 anos, casada e mãe de 6 filhos.

"Não entrei na política, nasci da política. Meus avós, meus tios, todos fizeram política. Meu tio, com 70 anos, foi prefeito depois de criar o município. Em 30 anos, só duas vezes a família não estava no governo."

Fátima Terezinha C. Guimarães – PMDB – Itaju (SP). Universitária, interrompeu o curso de jornalismo para ser prefeita. É solteira e tem pouco mais de 20 anos. O pai estava impedido de se candidatar e já fora prefeito há 6 anos atrás.

"Vivi política em casa desde pequena. Ouço política na hora do almoço." Entrou para moralizar os serviços públicos, conseguir atendimento médico, estradas. "O povo dizia – vamos eleger uma moça ou deixar tudo como está."

Antônia Sodelli Graber – PDS – Analândia (SP). É funcionária pública de carreira e foi três vezes vereadora. Presidiu a Câmara. Pretende moralizar o município e criar indústrias não-poluentes, atendimento médico e estradas. "Faço política a vida toda."

Uma análise do poder local e da eleição de prefeitas e vereadoras traz uma nova visão da participação feminina. O processo é diferente quando se trata de grandes concentrações urbanas ou de pequenas cidades do interior, qualquer que seja o Estado brasileiro focalizado. No Ceará, Estado considerado dos mais clientelistas e paternalistas, o PDS obteve 63,2% dos votos. Entretanto, na "Câmara Municipal de Fortaleza o PMDB conseguiu sua grande vitória elegendo 21 vereadores contra 12 do PDS" (São Thiago, 1983), sendo que cada partido elegeram duas mulheres.

Na Bahia, processo semelhante ocorre, sendo que 6% dos vereadores do Estado são mulheres, e há 10 prefeitas, mas a inversão do processo ocorre na Câmara

Municipal de Salvador, capital do Estado. Das 20 candidatas elegeram-se 5 mulheres, todas do PMDB, tendo a primeira colocada, Eliana Kertesz, recebido 94 mil votos. As três mais votadas foram mulheres e o quarto colocado obteve apenas 8 mil votos. Mulheres de oposição, nem todas elas se dizem feministas, mas todas assumem a necessidade da legalização do aborto como aspecto importante para a preservação da saúde da mulher. Não aceitam o controle da natalidade imposto e acrescentam, em alguns casos, que o fato de serem mulheres as ajudou na campanha, pois a política tem uma imagem onde há uma associação entre a figura masculina e a corrupção (Pinheiro, 1983). Esta é uma visão muito difundida em várias partes do mundo, como aponta Jessie Bernard (1979), de modo que votar em mulher significaria "limpar a política".

No caso baiano, como no cearense, observa-se, pois, uma clara mudança no sentido da participação de mulheres na política ao militarem na oposição. A população eleitora nos grandes centros consegue libertar-se do poder coronelista, ainda vigoroso nestas regiões, e eleger mulheres de oposição.

#### QUADRO 7.6 – Mulheres Eleitas para Senado, Câmara, Assembléias e Prefeituras no Brasil

Anos	Senado	Câmara Federal	Assembléias Legislativas	Prefeituras	Total
1946	—	—	5	—	5
1950	—	1	8	—	9
1954	—	3	7	—	10
1958	—	2	2	—	4
1962	—	2	11	—	13
1965/66	—	6	11	—	17
1970	—	1	8	(1972)60	69
1974	—	1	12	(1976)58	71
1978	1 (Suplente)	4	20	—	24
1982	1 (2ª Suplente)	8	27	(1982)81	116

Fontes: Blay, 1979; Toscano, 1975; e Tribunais Regionais Eleitorais. Processamento feito pela autora.

#### 4 – Mulher, redemocratização e alternativas políticas

Analisando-se os dados desde 1946, quando também o processo político foi chamado de redemocratizante (após a ditadura Vargas), estamos agora vivendo mais uma tentativa de retomada da direção política do país. Entre estes dois momentos a



situação tende a se alterar elevando-se o número de mulheres que participam das oportunidades político-eleitorais. Seguramente uma análise a nível dos movimentos populares (Blay, 1983) indica uma efervescência e uma participação mais intensas que as reveladas pelo quadro institucional.

A perspectiva de retomada do processo democrático e de abertura de um espaço político acena com a possibilidade de viabilizar propostas feministas nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, no interior do maior partido de oposição, o PMDB. Nele já se haviam formado vários grupos de estudo com o objetivo de orientar a campanha eleitoral e a futura direção política em caso de vitória. No caso paulista, em março de 1982, cerca de 150 mulheres representantes de diretórios da capital e do interior, assim como feministas independentes se reúnem a fim de definir como o PMDB e seu candidato a governador deveriam incorporar suas reivindicações. Por consenso se decidiu pela elaboração de uma política específica em relação à mulher, e para isso formou-se um grupo de estudos. A partir de então, inúmeros debates foram realizados em várias partes da capital e do interior, a fim de definir a proposta feminista.

Em julho de 1982, o PMDB realizou sua convenção e foi feita uma pesquisa onde cerca de 500 mulheres presentes definiram as prioridades que esperavam ver implantadas pelo futuro governo no que dizia respeito especificamente à mulher.

Em reuniões com representantes dos bairros, em cidades do interior, ou pelas presentes na convenção ficou evidenciado que as mulheres queriam uma política voltada para a questão do emprego, da profissionalização, da saúde da mulher, uma solução para o problema das creches, da violência, enfim uma política que atacasse as várias formas de discriminação que envolve a condição feminina.

Formaram-se durante a campanha eleitoral, junto ao PMDB, grupos e subgrupos de trabalho especificamente voltados à problemática feminina. Programas embrionários de ação foram sendo formulados e se constatou que seria necessário criar um instrumento – a nível de Estado – que viabilizasse tais sugestões. Percebeu-se que as várias secretarias de Estado tratavam superficialmente alguns dos temas considerados importantes pelas mulheres, como o da violência ou da discriminação nos meios culturais, mas nenhum deles adotava uma postura feminista que impulsivasse a solução de tais questões, que as tratasse de forma prioritária<sup>8</sup>.

No processo de discussão chegou-se à conclusão de que dever-se-ia propor um organismo político – abrir um espaço junto ao poder que tornasse tais questões prioritárias e que influísse sobre os demais órgãos de Estado, tais como secretarias, assessorias, etc., de tal modo a indicar-lhes soluções e sempre colocar a questão da mulher. Propôs-se, então, a criação de um *Conselho Estadual da Condição Feminina*.

Após a vitória dos candidatos da oposição, Franco Montoro em São Paulo e Tancredo Neves em Minas, estes conselhos foram criados. Em São Paulo, ele se compõe de representantes de sete setores do Estado (Secretarias da Saúde, Trabalho, Cultura, Justiça, Promoção Social, Educação e do Fundo de Solidariedade do Palácio) e de nove representantes da sociedade civil através de mulheres cuja indicação resulta de sua participação nos próprios movimentos.

E aqui justamente recoloca-se a polêmica entre a autonomia dos movimentos feministas e a participação no espaço político. Estamos vivendo hoje a fase de instalação desta inovação histórica, os Conselhos Estaduais da Condição Feminina. Muitos contatos informais foram estabelecidos nos meses anteriores de modo a defini-los, ampliá-los e orientá-los. Como instrumento inovador, eles têm suas diretrizes políticas definidas em função da ideologia de suas fundadoras para as quais, claramente, os espaços político e público devem ser ocupados para a viabilização das propostas do movimento feminista. Entretanto, certos segmentos feministas não concordam com tal posição, considerando que, *a priori*, o movimento deve se manter distanciado do poder e do Estado. Na verdade esta postura revela uma certa contradição, pois, muitas vezes, suas próprias defensoras fazem parte de partidos políticos.

Entre setembro de 1983 e março de 1984, propostas concretas têm sido já postas em prática. Cito, entre elas, um grande fórum sobre a "Discriminação da Mulher no Livro Didático" e um fórum público sobre a Saúde da Mulher. Do primeiro deles resultou um projeto, implantado pela Fundação do Livro Escolar (de São Paulo), de rever o conteúdo dos livros didáticos evitando que transmitam mensagens discriminadoras quanto à figura da mulher, do negro e do índio. No fórum de Saúde expôs-se um projeto a ser implantado no Estado de São Paulo, destinado à saúde da mulher e que tem encontrado obstáculos econômicos e ideológicos.

Foi também criado um Centro de Orientação Jurídica e de Encaminhamento (em colaboração com a Secretaria da Justiça), a fim de atender aos numerosos casos de mulheres que não sabem como e a quem recorrer quando têm problemas jurídicos.

Realizou-se, também, o I Encontro da Mulher Trabalhadora na Indústria de Transformação do Estado de São Paulo, reunindo 350 sindicalistas de mais de 20 sindicatos. Pela primeira vez na história brasileira a mulher trabalhadora tem oportunidade de dialogar com companheiras e de fazer propostas que avancem suas condições de trabalho.

Estes eventos, em meio a muitos outros, assumem um caráter que efetivamente soma uma proposta política e os anseios dos movimentos sociais feministas. Os conselhos, pelo seu caráter e estrutura, conjugam o aparelho e os recursos do Estado às reivindicações de segmentos femininos da população. Não é em essência um aparato do Estado nem um setor da sociedade civil, mas uma síntese dos dois. Talvez por aí encontremos uma forma de garantir a autonomia dos movimentos feministas e de mobilizar recursos à disposição do Estado para alcançar os alvos por eles propostos.

## Conclusão

Para entender os resultados das últimas eleições foi necessário retomar o período da supressão democrática, pois entre 1964 e 1982 floresceram amplos movimentos sociais que envolveram politicamente as mulheres, abrindo-lhes um espaço alternativo.

Expandiram-se movimentos femininos e feministas, comuns ao Terceiro Mundo em seus objetivos, pois lutavam pela plenitude da cidadania, entendendo-se por ela di-

reitos civis e participação nos bens de consumo coletivo financiados pelo Estado. Por outro lado, vimos também como estes movimentos engrossaram uma participação político-partidária desde os primeiros momentos da redemocratização, resultando numa pequena mas consistente elevação no número de mulheres eleitas em todos os níveis, sobretudo a nível do poder municipal.

Como consequência da dicotomia apresentada pelos movimentos feministas de se preservarem para garantir a própria autonomia ou se dissolverem nas estruturas partidárias, criou-se uma alternativa que consistiu na implantação dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina que conjugam representações da sociedade civil e do próprio Estado.

Finalmente, para entender as formas de participação política da mulher, devem ser elaboradas novas categorias que permitam definir o novo espaço político criado pela mulher.

## NOTAS

- 1 – O presente texto reflete alguns estudos que tenho realizado nos últimos anos. Nele incorporei idéias discutidas em congressos nacionais ou internacionais e alguns trechos já publicados na revista *Espaço & Debates*, São Paulo, 9:80-89, 1983, e em *Cuadernos de Nueva Mujer*, Quito, Equador, 1:81-82 jan. 1984.
- 2 – PT – Partido dos Trabalhadores.
- 3 – PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
- 4 – Ver nota 5.
- 5 – PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (ex-MDB).
  - PT – Partido dos Trabalhadores.
  - PDT – Partido Democrático Trabalhista (criado em 1982).
  - PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.
  - PP – Partido Popular (extinto).
  - PDS – Partido Democrático Social (ex-Arena).
- 6 – Fórum realizado em 31 de março de 1980, no Teatro Ruth Escobar, na cidade de São Paulo, convocado pela Frente de Mulheres Feministas.
- 7 – Fundo de Assistência aos Municípios.
- 8 – Em Minas, o processo foi semelhante, porém tinha como base os vários núcleos do departamento feminino do PMDB, que após a vitória de Tancredo Neves conquistou um espaço na estrutura do Estado.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARISPE, Lourdes. Women and development in Latin America and the Caribbean: lessons from the seventies and hopes for the future in development. *Dialogue*, 1(2):74-84, 1982.

- BERNARD, Jessie. Women as voters: from redemptive to futurist role. In: LIPMAN-BLUMEN, Jean & BERNARD, Jessie., orgs. *Sex Roles and Social Policy*. Califórnia, 1979. *Sage Studies in International Sociology* 14.
- BLAY, Eva Alterman. Trabalho doméstico x Trabalho industrial. In: *Cadernos*. Fundação Carlos Chagas (15):8-20, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho domesticado. A mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A luta pelo espaço*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. Anistia, custo de vida e creches, movimentos sociais urbanos femininos. *Revista Civilização Brasileira*, dez. 1980.
- \_\_\_\_\_. *As prefeitas*. São Paulo, Avenir, 1979.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais: autonomia e Estado. Uma análise teórica dos movimentos de mulheres entre 1964-1983. Anpocs, 1983. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. Do privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil. In: *Espaço e Debates*. São Paulo, 9:80-89, 1983.
- \_\_\_\_\_. Três etapas en la lucha de la mujer. In: *Cuadernos de Nueva Mujer*. Quito, Equador, 1:81-82, jan. 1984.
- CHOMBART DE LAUWE, P.H. *et al.* Image de la femme dans la société. CNRS, 1963.
- Empresa Brasileira de Notícias. *Autoridades Brasileiras*, Brasília, 1983.
- GITAY, Leda *et al.* Trabalho assalariado, sindicalização e reivindicações operárias. In: Congresso da Asep, 1981. Mimeo.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. O movimento de luta por creches em São Paulo: reconstituição histórica e algumas considerações teóricas. Encontro Anual da Anpocs, V.21 a 23 outubro de 1981. Mimeo.
- LOJKINE, Lean. Contribution à une théorie marxiste de l'urbanisation capitaliste. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 3:123-146, 1972.
- MOISÉS, José Álvaro. Classes populares e protesto urbano, 1978. Mimeo.
- MORAES, Maria. Família e feminismo: reflexões sobre os papéis femininos na imprensa para mulheres, 1981 (tese de doutorado). Mimeo.
- OLIVEN, Ruben. Urbanização e mudança social no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.
- PASTORE, José. Características socioeconômicas da mão-de-obra especializada na indústria paulista. In: Seminário, São Paulo, IPE, 22 setembro de 1971. Mimeo.
- PIMENTEL, Sílvia. Esboço de um novo estatuto civil da mulher, 1981. Mimeo.
- PINHEIRO, Ana A.C. A participação da mulher nas eleições de novembro de 1982 na Bahia. Anpocs, 1983.
- RAINHO, L.S. & BARGAS, O.M. As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo – 1977-1979. Ed. F.G., 1983.
- SÃO THIAGO, Moema Correia. A participação política da mulher no Ceará. Eleições 82. Anpocs, 1983. Mimeo.
- SCHNEIER, Gisela & SIGAL, Sílvia. Marginalité spacial: état et revendications urbaines. Les cas des villes latino-americanes. *Cahiers de l'Ecodeveloppement* (13).
- SINGER, Paul. O feminismo e o feminismo. In: SINGER, P. & BRANDT, V.C., orgs. *São Paulo – o povo em movimento*. Vozes, 1980, p. 109-138.
- TABAK, Fanny. A reconceitualização da participação política da mulher. In: Congresso da LASA, XI. México, 1983. Mimeo.
- VALLADARES, Lícia do Prado. Quebra-quebra na construção civil: O caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro. In: MOISÉS *et alii.* *Cidade, povo e poder*, Cedec, Paz e Terra (5), 1982.
- ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia, semente da liberdade. São Paulo, 1979.

Obs.: O Superior Tribunal Eleitoral forneceu os dados originais enviados pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

desabar? Será que a profecia do Gen. Golbery do Couto e Silva vingar-se – de que a melhor maneira de acabar com o PMDB seria assumir o(s) governo(s) por alguns anos?

A organização deste volume difere um pouco de outras coletâneas do gênero, por se tratar de uma visão mais geral do processo político-eleitoral de 1982, ao invés de estudos estanques de Estados ou partidos específicos. Os onze autores deste volume reúnem uma experiência longa e diversa de militâncias política, eleitoral e de assessoria política que em muito enriquece as suas análises.

Todos os que participaram da organização deste volume ficaram profundamente comovidos com o falecimento precoce do colega Luiz Navarro de Britto, e dedicam esta obra à sua memória.

David Verge Fleischer

Quais foram as conseqüências mais importantes das eleições de 1982 no Brasil? As primeiras eleições diretas para governadores desde 1965, onde a oposição aos governos militares elegeu dez governadores no Centro-Sul, foram na verdade um ato intermediário no drama da transição “lenta, gradual e segura” preconizada pelo Gen. Golbery e o Sen. Petrônio Portela, entre a “vitória moral” do MDB em 1974 e a nova e curta hegemonia do PMDB alcançada em 1985/86. Os onze autores deste volume tentam decifrar o enigma desta eleição – um pano quente para segurar a barra para o governo Figueiredo, o começo da “penetração” do PMDB pela direita que depois vem a ser o “Centro” em 1987-88, ou uma etapa importante na verdadeira democratização do país?